

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2017/007

PROCESSO Nº. AD – 39/2017

DATA: 22/05/2017

SÍNTESE DO OBJETO E PROCEDIMENTOS

LEGISLAÇÃO: O procedimento licitatório obedecerá, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Estadual nº. 1527-R, de 30 de agosto de 2005, a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Estadual nº 2.060-R de 20 de maio de 2008 e subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE PARA O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES, E FUNDOS: FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS – FUNDAPSOCIAL; FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO – FUNDES; E FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES, PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017, CONFORME DETALHAMENTO NO ANEXO I, com a finalidade de atender às necessidades do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, doravante denominado de BANDES, em Vitória/ES nos termos do presente Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante, para todos os efeitos, dentro das normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Com relação aos Fundos também deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos nas legislações de regência e respectivos órgãos reguladores.

TIPO: MENOR PREÇO.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 21/06/2017

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/07/2017 às 13h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 03/07/2017 às 14h.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

- contato: Angela Santos da Fonseca – Pregoeira
- endereço: Av. Princesa Isabel, 54 – 9º andar - Centro - Vitória/ES, CEP – 29.010-906
- e-mail: pregao@bandes.com.br
- telefone: (27) 3331-4466



- fax: (27) 3223-6307

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bb.com.br - Licitações-e – “Acesso Identificado”.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2017/007 PROCESSO Nº. AD – 39/2017

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES**, instituição financeira constituída sob a forma jurídica de sociedade anônima de economia mista, com sede na av. Princesa Isabel, 54 – 12º andar, ed. Caparaó, Centro – Vitória/ES, através de Pregoeira designada pela Portaria nº 39 de 20 de abril de 2017, por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação - *INTERNET*, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local já indicados anteriormente, fará realizar-se licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE PARA O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES, E FUNDOS: FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS – FUNDAPSOCIAL, FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO – FUNDES E FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES, PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017, CONFORME DETALHAMENTO NO ANEXO I.**
- 1.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro efetivo do BANDES, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações-e", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.
- 1.3. O procedimento licitatório obedecerá, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Estadual nº. 1527-R, de 30 de agosto de 2005, a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Estadual nº 2.060-R de 20 de maio de 2008 e subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

2. DO OBJETO

- 2.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE PARA O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES E FUNDOS: FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS E**

PROJETOS SOCIAIS – FUNDAPSOCIAL, FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO – FUNDES E FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES, PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017, CONFORME DETALHAMENTO NO ANEXO I, com a finalidade de atender às necessidades do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, doravante denominado de BANDES, em Vitória/ES nos termos do presente Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante, para todos os efeitos, dentro das normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Com relação aos Fundos também deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos nas legislações de regência e respectivos órgãos reguladores.

3. DESPESA E ORIGEM DE RECURSOS

- 3.1. A despesa com o pagamento do referido objeto será custeada com recursos próprios do BANDES.

4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

- 4.1. Observado o prazo de dois dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, o licitante poderá formular consultas, preferencialmente pelo e-mail pregao@bandes.com.br, ou através de correspondência dirigida à Pregoeira do BANDES, à av. Princesa Isabel, 54 – 9º andar – Centro – CEP 29.010-906 – Vitória – ES, ou, ainda pelos telefones (27) 3331.4440, (27) 3331.4466 e fax (27) 3223.6307, informando o número da licitação.

5. REFERÊNCIA DE TEMPO

- 5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar do processo os interessados que atendam aos termos do art. 8º, III, do Decreto Federal 5.598/2005 e às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- 6.2.1. Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o BANDES, durante o prazo da sanção aplicada;

- 6.2.2. Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 6.2.3. Empresário impedido de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo, durante o prazo da sanção aplicada;
- 6.2.4. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 6.2.5. Empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;
- 6.2.6. Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- 6.2.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 6.2.8. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 6.2.9. Empresário ou grupo econômico que não cumpra o disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;
- 6.2.10. Empresário ou grupo econômico que esteja inadimplente com seus compromissos, decorrentes de financiamentos concedidos pelo BANDES, ou que tenha sido penalizada com a rescisão de contrato de fornecimento de bens ou prestação de serviços nos 02 (dois) anos anteriores à data prevista para a abertura da presente licitação.

7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 7.1.1. Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;
- 7.1.2. Responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- 7.1.3. Abrir as propostas de preços;
- 7.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 7.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 7.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 7.1.7. Verificar a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar;

- 7.1.8. Declarar o vencedor;
- 7.1.9. Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;
- 7.1.10. Adjudicar o objeto ao vencedor;
- 7.1.11. Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;
- 7.1.12. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- 7.1.13. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- 7.1.14. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

8. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES-E

- 8.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto às agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País (§ 1º, Art. 3º, do Decreto 3.697/2000).
 - 8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelos telefones: **3003-0500 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-7290500 (demais localidades).**
- 8.2. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S.A., devidamente justificado.
- 8.3. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “Licitações-e”.
- 8.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa licitante, no ato do cadastramento, este deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 8.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao BANDES ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 8.6. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 9.1. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do [site www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção “**Acesso Identificado**”, observando a data e o horário limites estabelecidos.
- 9.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.3. No caso de desconexão com a Pregoeira no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.3.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão poderá ser suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

10. CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 10.1. Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 10.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na lei.
- 10.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

11. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 11.1 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 11.2 O serviço ofertado deverá atender a todas as especificações indicadas no **Anexo I** do Edital.

11.3. A proposta do licitante vencedor deverá conter:

11.3.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da data da sessão de abertura desta licitação.

11.3.2. **PREÇO GLOBAL proposto**, expresso em moeda corrente nacional, devendo estes incluir todas as despesas pertinentes ao objeto licitado, com a descrição dos valores relativos aos gastos com material, pagamento dos salários, fornecimento de benefícios e de todos os encargos incidentes, ciente de que o pagamento será calculado somente pelos serviços efetivamente produzidos, não havendo qualquer tipo de locação, cessão de uso ou franquia. Na proposta deverá constar declaração de que a licitante se compromete a prestar os serviços descritos no **Anexo I** deste Edital pelo preço proposto.

11.3.2.1 **NO SISTEMA DEVERÁ SER INSERIDO SOMENTE O VALOR GLOBAL DA PROPOSTA.**

11.3.3 Razão social, número do CNPJ, inscrição estadual, endereço, telefone e fax da empresa licitante.

11.3.4 Declaração de que no preço proposto estão incluídas todas as despesas com salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, seguros, tributos diretos e indiretos e outras despesas pertinentes ao objeto do presente edital.

11.3.5 Declaração de que atende plenamente todos os requisitos exigidos no **Anexo I e II** do presente edital.

11.4 A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via original, na língua portuguesa corrente no Brasil, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, impressa através de edição eletrônica de textos em papel timbrado do licitante, bem como ser redigida de forma clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas.

12. ABERTURA DAS PROPOSTAS

12.1. A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo *site* já indicado no item 9.1, passando a Pregoeira a avaliar a aceitabilidade das propostas de acordo com o Item 10.

12.2 A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

12.3 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.4 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



- 12.5. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 12.5.1. Serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 12.5.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 12.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos licitantes e à Pregoeira.
- 12.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 12.8. Facultativamente, a Pregoeira poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento dos lances e subsequente transcurso do prazo de 30 (trinta) minutos encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao proponente que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 12.8.1 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão da pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.9. De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a solicitação da pregoeira, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;
- b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no *caput*,

observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) A Pregoeira deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas no Anexo III deste Edital;

d) Na hipótese de não contratação nos termos previstos na condição indicada no *caput*, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

- 12.10 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a pregoeira solicitará os documentos descritos no Anexo II para comprovar a regularidade de situação do autor da proposta, documentação essa avaliada na forma da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores. A Pregoeira verificará, também, o cumprimento das exigências para habilitação contidas nos demais Anexos deste Edital.
- 12.11 **A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, em até 2 horas após o encerramento da disputa, a sua proposta de preço detalhada com o preço ajustado, e em até 24 (vinte e quatro) horas, cópia dos documentos comprobatórios de habilitação e qualificação constantes do ANEXO II, contadas da data e hora da solicitação do pregoeira no sistema eletrônico, que deverão ser encaminhados para o e-mail pregao@bandes.com.br ou o fax (27) 3223-6307**, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada ao Pregoeira, para a sede do BANDES, na av. Princesa Isabel, 54 – Centro – Vitória/ES, CEP: 29010-906, observando o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data e hora da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico.
- 12.12. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e terminado o prazo para recurso, o objeto será adjudicado pela Pregoeira ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 12.13. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular (documentos comprobatórios de habilitação e qualificação), estará sujeito às penalidades previstas no item 19. Neste caso, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 13.1 A Pregoeira efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **"MENOR PREÇO" RELATIVO AO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA**, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação após observados prazos para fornecimento, especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 13.2. A qualquer tempo após a sessão de lances, analisando a aceitabilidade ou não, ou, quando for o caso, após negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor

valor, a Pregoeira fará a declaração do licitante vencedor.

- 13.3. Se a proposta do licitante que oferecer o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará o lance subsequente, verificando a aceitabilidade de sua proposta, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

13.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, a Pregoeira poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor para o BANDES.

- 13.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto depois de concluída a fase de interposição de recurso.

14. RECURSO

- 14.1 Declarada a vencedora, a Pregoeira abrirá prazo de **30 minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Pregoeira a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.1.2 A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.1.3 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita poderá apresentar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

- 14.2 Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos do processo informado no preâmbulo deste edital franqueada aos interessados.

- 14.3 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Pregoeira serão apreciados pela autoridade competente.

- 14.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- 15.1. Em não sendo interposto recurso, caberá à Pregoeira fazer a adjudicação ao licitante vencedor no sistema.

- 15.2. Em havendo recurso, a Autoridade Competente do BANDES, após deliberar sobre o assunto, adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15.3. O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à licitante vencedora.

16. INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1 Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

16.2 O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo BANDES.

16.3 Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

16.4 Quando a licitante convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

16.5. Será firmado com o licitante vencedor contrato de prestação de serviços para elaboração de 25 (vinte e cinco) relatórios de auditoria e respostas a eventuais consultas, em quantidade de até 12 (doze), acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária, **no prazo de 12 (meses), prorrogável na forma da lei**, nos termos da proposta apresentada e da Minuta de Contrato constante do Anexo VI deste Edital.

17. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

17.1 Credenciar-se, previamente, junto ao provedor do sistema, para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras.

17.2 Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos.

17.3 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

17.4 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 17.5 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 17.6 Utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.
- 17.7 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 17.8 Submeter-se às exigências do Decreto Estadual nº 1.527-R/2005, da Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

18. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 18.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@bandes.com.br, até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.
- 18.2 A Pregoeira, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 18.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 18.4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados à Pregoeira até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@bandes.com.br.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. A **LICITANTE** poderá ser sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores do BANDES, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 10% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
 - 19.1.1 cometer fraude fiscal;
 - 19.1.2 apresentar documento falso;
 - 19.1.3 fizer declaração falsa;
 - 19.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
 - 19.1.5 não assinar o contrato no prazo estabelecido;
 - 19.1.6 deixar de entregar a documentação exigida no certame;
 - 19.1.7 não manter a proposta.

- 19.2 Para os fins da subcondição 19.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

20. CONDOTA ÉTICA DO LICITANTE E DO BANDES

- 20.1. O **LICITANTE** e o **BANDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental, conforme estabelecido na Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. O presente pregão não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração do BANDES revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para o conhecimento dos participantes.
- 21.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados no pregão. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 21.3. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.
- 21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes no BANDES.
- 21.5. É facultado à Pregoeira, ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão eletrônica.
- 21.6. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 21.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração.
- 21.8. A participação do licitante nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.
- 21.9. O Edital encontra-se disponível no site www.licitacoes-e.com.br, ou no BANDES, podendo ser retirado na GERHA, localizada a av. Princesa Isabel, 54, 9º andar - Centro - Vitória/ES, CEP: 29010-906, em dias úteis, no horário das 12 às 18 horas.

- 21.10. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a dúvidas deverá ser dirigido à Pregoeira através do e-mail pregao@bandes.com.br, ou protocolado junto a GERHA, na av. Princesa Isabel, 54, 9º andar - Centro – Vitória/ES, telefone (27) 3331.4440 e 3331-4466, ou ainda através do fax (27) 3223.6307, em dias úteis, no horário das 12 às 18 horas, dentro dos prazos estipulados por este Edital.
- 21.11. Os casos omissos serão decididos pela Pregoeira em conformidade com as disposições constantes do Decreto e Leis citados no **item 1.3** deste Edital.
- 21.12. A empresa vencedora deverá cumprir o disposto no Decreto Nº 2460-R, de 05/02/2010, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 08 de fevereiro de 2010.
- 21.13. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado à Pregoeira.
- 21.14. São partes integrantes deste edital:
- a) Anexo I - (Termo de Referência);
 - b) Anexo II - (Exigências Para Habilitação);
 - c) Anexo III – (Modelo de Proposta de Preços);
 - d) Anexo IV - (Modelo de Declaração de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação);
 - e) Anexo V - (Modelo de Declaração de Cumprimento às Normas de Trabalho do Menor);
 - f) Anexo VI – (Minuta do Contrato);

Vitória (ES), 22 de maio de 2017.

Angela Santos da Fonseca
Pregoeira

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/007 PROCESSO Nº. AD – 39/2017

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, e Fundos: Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, para o exercício social de 2017, nos termos das especificações técnicas descritas abaixo, dentro das normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Com relação aos Fundos também deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos nas legislações de regência e respectivos órgãos reguladores.

2. ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

2.1 RELACIONADOS AO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES, REFERENTES AO 1º SEMESTRE DE 2017:

Os serviços referentes ao 1º semestre de 2017 serão realizados somente se o contrato for firmado até 15/07/2017. Esta condição impõe-se em razão do curto espaço de tempo para se processar o pregão eletrônico e a contratada prestar o serviço em tempo hábil para entregar os relatórios nas datas estipuladas neste termo de referência.

2.1.1. AUDITORIA SEMESTRAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES:

2.1.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do 1º semestre (data-base 30/06/2017), com emissão de relatório completo e encadernado;

2.1.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do 1º semestre (data-base 30/06/2017), com emissão de relatório completo e encadernado.

2.1.2. EMISSÃO DE RELATÓRIOS SEMESTRAIS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS EMANADAS DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 3.198/04, CIRCULAR (BACEN) Nº 3.467/09, E OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS:

2.1.2.1. Do Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares;

2.1.2.2. Do Sistema de Processamento Eletrônico de Dados;

2.1.2.3. Do Sistema de Gerenciamento de Riscos.

2.1.3. REVISÃO SEMESTRAL DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PELA INSTITUIÇÃO QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE RISCO E DE AVALIAÇÃO DO PROVISIONAMENTO REGISTRADO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 2.682/99 E OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS.

2.1.4. REVISÃO DAS BASES DE CÁLCULO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES, MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS:

2.1.4.1. Revisão do cálculo dos tributos próprios e retidos de terceiros, como IR, CSLL, encargos sociais s/ folha de pagamento, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN, IOF e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato;

2.1.4.2. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos controles internos e procedimentos adotados para apuração, registro, pagamento e recuperação dos impostos e contribuições.

2.1.5. EMISSÃO DE RELATÓRIO FISCAL DE REVISÃO DE CONSISTÊNCIA DE INFORMAÇÕES TRANSMITIDAS AO FISCO:

2.1.5.1. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e normas aplicáveis, do correto preenchimento e integridade das informações declaradas nas obrigações tributárias acessórias DIRF, EFD-Contribuições, ECD, ECF, DCTF, E-SOCIAL, REINF, PER/DCOMP, DESIF e quaisquer outras exigíveis no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, ou em outros sistemas Municipal, Estadual ou Federal, ou que venham a ser instituídas na vigência do contrato;

2.1.5.2. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e normas aplicáveis, do correto preenchimento e integridade da Escrituração Contábil Fiscal – ECF antes do seu efetivo envio à RFB.

2.2. RELACIONADOS AO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES, REFERENTES AO 2º SEMESTRE E EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017:

2.2.1. AUDITORIA SEMESTRAL E ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES:

2.2.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do 2º semestre e exercício social (data-base 31/12/2017), com emissão de relatório completo e encadernado;

2.2.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término 2º semestre e exercício social (data-base 31/12/2017), com emissão de relatório completo e encadernado.



2.2.2. EMISSÃO DE RELATÓRIOS SEMESTRAIS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS EMANADAS DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 3.198/04, CIRCULAR (BACEN) Nº 3.467/09, E OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS:

2.2.2.1. Do Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares;

2.2.2.2. Do Sistema de Processamento Eletrônico de Dados; e

2.2.2.3. Do Sistema de Gerenciamento de Riscos.

2.2.3. REVISÃO SEMESTRAL DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PELA INSTITUIÇÃO QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE RISCO E DE AVALIAÇÃO DO PROVISIONAMENTO REGISTRADO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 2.682/99 E OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS.

2.2.4. REVISÃO DAS BASES DE CÁLCULO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES, MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS:

2.2.4.1. Revisão do cálculo dos tributos próprios e retidos de terceiros, como IR, CSLL, encargos sociais s/ folha de pagamento, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN, IOF e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato;

2.2.4.2. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos controles internos e procedimentos adotados para apuração, registro, pagamento e recuperação dos impostos e contribuições.

2.2.5. EMISSÃO DE RELATÓRIO FISCAL DE REVISÃO DE CONSISTÊNCIA DE INFORMAÇÕES TRANSMITIDAS AO FISCO:

2.2.5.1. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e normas aplicáveis, do correto preenchimento e integridade das informações declaradas nas obrigações tributárias acessórias DIRF, EFD-Contribuições, ECD, ECF, DCTF, E-SOCIAL, REINF, PER/DCOMP, DESIF e quaisquer outras exigíveis no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, ou em outros sistemas Municipal, Estadual ou Federal, ou que venham a ser instituídas na vigência do contrato;

2.2.5.2. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e normas aplicáveis, do correto preenchimento e integridade da Escrituração Contábil Fiscal – ECF antes do seu efetivo envio à RFB;

2.2.5.3. Os relatórios deverão conter comentários sobre as constatações decorrentes da revisão que tenham consequências financeiras para o contratante, bem como recomendações para a adoção de medidas corretivas cabíveis.

2.2.6. CONSULTAS, EM QUANTIDADE DE ATÉ 12 (DOZE), ACERCA DE QUESTÕES CONCRETAS OU HIPÓTÉTICAS RELACIONADAS E LEGISLAÇÃO CONTÁBIL, FISCAL/TRIBUTÁRIA E SOCIETÁRIA. Não há compromisso de formulação mínima de consultas.

2.3. SERVIÇOS RELACIONADOS AOS FUNDOS, REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017:

2.3.1. FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS - FUNDAPSOCIAL

2.3.1.1. AUDITORIA ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS - FUNDAPSOCIAL:

- 2.3.1.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do exercício social (data-base 31/12/2017), com emissão de relatório completo e encadernado;
- 2.3.1.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado.

2.3.2. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES

2.3.2.1. AUDITORIA ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES:

- 2.3.2.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do exercício social (data-base 31/12/2017), com emissão de relatório completo e encadernado;
- 2.3.2.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado.

2.3.3. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES

2.3.3.1. AUDITORIA ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES:

- 2.3.3.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do exercício social (data-base 31/12/2017), com emissão de relatório completo e encadernado;
- 2.3.3.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado.

3. RESULTADO DOS TRABALHOS

- 3.1. Os relatórios deverão ser disponibilizados em arquivo digital extensões PDF e Word (quando indicado) e em meio papel na quantidade de 03 (três) cadernos para cada relatório. A versão impressa deverá ser apresentada em papel timbrado, tamanho A4, cor branca, contracapa com descrição da entidade, título do relatório e data-base conforme descritos no quadro abaixo, com encadernação simples. Os prazos, formato da entrega, data-base e estimativa de datas para disponibilização das informações estão definidos no quadro seguinte:



Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES				
Serviços referentes ao 1º Semestre de 2017				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria	Prazo Máximo de Entrega do Relatório
1. Auditoria Semestral das Demonstrações Contábeis.	1.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	30/06/2017	De 21/07 a 31/07/2017	14/08/2017 (aplica-se à entrega do RAI)
	1.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	De 21/07 a 31/07/2017	29/08/2017
2. Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04, Circular (BACEN) nº 3.467/09, e outras normais aplicáveis.	2.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	De 21/07 a 31/07/2017	29/09/2017
	2.2 Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	De 21/07 a 31/07/2017	29/09/2017
	2.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	De 21/07 a 31/07/2017	29/09/2017
3. Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99, e outras normas aplicáveis	3.1 Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	De 21/07 a 31/07/2017	29/09/2017

4. Revisão Tributária Semestral dos tributos próprios e tributos retidos de terceiros: IR, CSLL, ENCARGOS SOCIAIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN, e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato.	4.1 Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos controles internos e procedimentos adotados para apuração, registro, pagamento e recuperação dos impostos e contribuições, e do cumprimento das respectivas obrigações acessórias (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	Até 21/07/2017	10/08/2017
5. Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco.	5.1 Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, do correto preenchimento e integridade das informações declaradas nas obrigações tributárias acessórias DIRF, EFD-Contribuições, ECD, DCTF, E-SOCIAL, E-REINF, PER/DCOMP e quaisquer outras exigíveis no âmbito do SPED – Sistema de Escrituração Digital ou em outros sistemas, ou que venham a ser instituídas na vigência do contrato (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	Até 21/07/2017	10/08/2017
	5.2 Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, do correto preenchimento e da integridade da Escrituração Contábil Fiscal – ECF, referente ao ano-calendário anterior ao de vigência do contrato (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2016	Até 30/06/2017	15 dias após disponibilização das informações

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES				
Serviços referentes ao 2º Semestre e Exercício Social de 2017				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria	Prazo de Entrega do Relatório
1.a. Auditoria Semestral e Anual das Demonstrações Contábeis.	1.a.1. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017	De 19/01 a 31/01/2018	19/02/2018 (aplica-se à entrega do RAI)
	1.a.3. Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	02/03/2018
2.a. Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.197/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	2.a.1. Relatório sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	02/03/2018
	2.a.2. Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	02/03/2018
	2.a.3. Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	02/03/2018
3.a. Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	3.a.1. Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	31/03/2018

4.a. Revisão Tributária Semestral dos tributos próprios e tributos retidos de terceiros: IR, CSLL, encargos sociais s/ folha de pagamento, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN, IOF e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato.	4.a.1. Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos controles internos e procedimentos adotados para apuração, registro, pagamento e recuperação dos impostos e contribuições, e do cumprimento das respectivas obrigações acessórias (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	Até 22/01/2018	09/02/2018
5.a. Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco.	5.a.1. Relatório sobre o Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e normas aplicáveis, do correto preenchimento e integridade das informações declaradas nas obrigações tributárias acessórias DIRF, EFD-Contribuições, ECD, ECF, DCTF, E-SOCIAL, REINF, PER/DCOMP, DESIF e quaisquer outras exigíveis no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, ou em outros sistemas Municipal, Estadual ou Federal, ou que venham a ser instituídas na vigência do contrato (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	Até 22/01/2018	09/02/2018
6. Consultas, em quantidade de até 12 (doze) acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária.	As consultas poderão ser efetuadas por e-mail, telefone ou contato pessoal. As respostas deverão ser disponibilizadas, inicialmente, via e-mail, no prazo de 04 (quatro) dias úteis, e terão após esse prazo, mais 03 (três) dias úteis para serem encaminhadas nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF.			

Fundo para o Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL				
Serviços referentes ao Exercício Social de 2017				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria	Prazo de Entrega do Relatório
7. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	7.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	19/02/2018 (aplica-se à entrega do RAI)
	7.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	19/02/2018

Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES				
Serviços referentes ao Exercício Social de 2017				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria	Prazo de Entrega do Relatório
8. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	8.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	19/02/2018 (aplica-se à entrega do RAI)
	8.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	19/02/2018

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES				
Serviços referentes ao Exercício Social de 2017				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria	Prazo de Entrega do Relatório
9. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	9.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	19/02/2018 (aplica-se à entrega do RAI)
	9.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	19/02/2018
Relatório		Prazo de Entrega do Relatório		
10. Planejamento da Auditoria, contendo: cronograma de visitas; detalhamento individualizado dos profissionais e das horas despendidas na prestação dos serviços, por relatório e Entidades (BANDES e Fundos); e procedimentos adotados em termos de natureza e extensão (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).		1ª quinzena do mês de assinatura do contrato para os serviços referentes aos 1º Semestre de 2017; e 1ª quinzena do mês setembro/2017 para os serviços referentes ao 2º semestre e Exercício Social de 2017.		

O prazo máximo de entrega dos relatórios aplica-se à versão preliminar em arquivo digital. A versão definitiva deverá ser entregue em até 05 dias úteis após manifestação do Contratante.

As informações contábeis e documentos objeto de trabalho da Auditoria Externa serão disponibilizados em volume significativo nas datas iniciais e intermediárias definidas no campo **Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria**. Na data final do referido campo, serão entregues, somente, informações e documentos remanescentes e/ou complementares.

As datas dos campos **Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria** e **Prazo de Entrega** poderão ser prorrogadas a critério do Contratante.

4. REQUISITOS MÍNIMOS – RESPONSÁVEL TÉCNICO

4.1. Formação Universitária em Ciências Contábeis;

4.2. Pós-Graduação na área de auditoria e/ou tributária e título de **mestrado** em ciências contábeis.

4.3. Aprovação em exame de certificação para atuar em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e em conjunto com o IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em atendimento à Resolução CMN nº 3.771, de 26/08/2009, e alterações posteriores.

4.4. Experiência na prestação de serviços de auditoria de demonstrações contábeis de instituições financeiras enquadradas como agências de fomento, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos múltiplos, caixa econômica e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

4.5. Atuação como responsável técnico em auditoria de instituições financeiras referidas no item anterior, **em no mínimo 02 (dois) exercícios sociais completos consecutivos ou não, nos últimos 05 (cinco) anos.**

4.6. Documentos comprobatórios:

4.6.1. Diploma ou certificado de conclusão de graduação, pós-graduação e **mestrado** emitida por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;

4.6.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contrato social ou documento que o substitua;

4.6.3. Registro de Auditor Independente na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Instrução CVM nº 308, de 14/05/1999 e alterações posteriores;

4.6.4. Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, conforme Resolução CMN nº 3.198, de 27/05/2004; e Resolução CFC nº 1.495, de 20/11/2015;

4.6.5. A comprovação da atuação como responsável técnico em auditoria de instituições financeiras será efetuada por meio da apresentação de relatório de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, firmado pelo profissional, em original ou publicação na imprensa oficial, jornal de grande circulação, revista especializada, ou sítio eletrônico **compatível com o prazo de contratação na carteira profissional e prazo do contrato de auditoria com a respectiva instituição financeira.**

4.7. A experiência profissional será comprovada pelo vínculo empregatício com empresa de auditoria, por meio de cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou contrato social em que conste o profissional como sócio; ou contrato de prestação de serviços previsto na legislação civil.

4.8. **Na comprovação do tempo de experiência profissional, a fração de tempo superior a 06 (seis), será considerada 01 (um) ano completo;**

4.9. Exemplo: 01 (um) ano e 05 (cinco) meses será considerado 01 (um) ano; 01 (um) ano e 06 (seis) meses será considerado 02 (dois) anos completos;

4.10. A substituição do Responsável Técnico no curso do contrato está condicionada à autorização do Contratante, e somente será admitida por substituto de perfil profissional igual ou superior ao do substituído;

4.11. A indicação do Responsável Técnico e apresentação da comprovação da qualificação e experiência profissional serão efetuadas no ato de assinatura do contrato.

5. PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado somente após a entrega da versão definitiva do relatório, acompanhada da apresentação da Nota Fiscal, conforme preços totais de relatórios definidos no quadro do Anexo III Modelo e Proposta de Preço.

5.2. A conferência da Nota Fiscal será efetuada pelo setor responsável pelo acompanhamento do contrato.

5.3. O documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções, será devolvido ao contratado para correções.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.

5.5. Fica assegurado ao BANDES o direito de deduzir do pagamento devido à Contratada, independente da aplicação de multas, importância correspondente a:

5.5.1. Débitos a que tiver dado causa;

5.5.2. Despesas relativas à correção de eventuais falhas;

5.5.3. Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos;

5.5.4. Utilização de equipamentos do BANDES cujo fornecimento seja obrigação da Contratada.

5.6. Se devido, serão procedidos nos pagamentos a serem efetuados as retenções de impostos nas hipóteses previstas na lei. Caso a Contratada seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com cada NF/Fatura, a cópia do Termo de Opção.

5.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de auditoria independente sobre

demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em instituição financeira nacional detentora de ativo total de valor igual ou superior a um bilhão de reais até a data de 31/12/2016, e que tenha obtido a primeira nota de avaliação de rating, atribuída por agências de classificação e avaliação de rating, durante o prazo do contrato de prestação de serviços de auditoria externa independente.

- 6.2. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica licitante no CRC – Conselho Regional de Contabilidade;
- 6.3. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica licitante na CVM – Comissão de Valores Mobiliários;
- 6.4. Responder ao BANDES, através de fax, e-mail, telefone ou contato pessoal, na vigência do contrato, consultas acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, devendo formalizar expressamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, a resposta prestada em meio eletrônico;
- 6.5. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos fiscais e comerciais e pelos custos relativos à mão de obra, diárias e transporte de seu pessoal, utilizado na execução dos serviços;
- 6.6. Responsabilizar-se pelo pagamento que lhe couber no recolhimento dos impostos devidos na época da assinatura do contrato, bem como dos demais tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços abrangidos pelo contrato, durante a sua execução;
- 6.7. Realizar os trabalhos observando as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, e no que não for conflitante com estas, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON ou outras instituições governamentais que venham a ser legalmente habilitadas;
- 6.8. Incluir no preço final proposto todas as despesas com salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, seguros, tributos diretos e indiretos, custos relativos a transporte, impostos, taxas, seguros, custos com diárias, hospedagens, traslados, passagens, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e demais despesas que se fizerem necessárias à perfeita e total execução dos serviços.
- 6.9. Utilizar na prestação dos serviços, profissionais de seu quadro de pessoal, que possuam experiência nos serviços que lhes couber executar, correndo por sua conta exclusiva, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, social, fiscal, bem como impostos, taxas, seguros, multas, contribuições e outros encargos que venham a incidir sobre os serviços a serem contratados ou que direta ou indiretamente com eles se relacionem, inclusive encargos decorrentes de eventuais acidentes de trabalho;
- 6.10. Participar de reuniões das Assembleias Gerais de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria do BANDES sempre que for convocado, observando-se, ainda, as obrigações de comparecimento às reuniões em cumprimento às disposições estabelecidas na legislação.

7. ESTIMATIVA DE PREÇOS

7.1. O custo estimado para esta contratação, demonstrado abaixo, foi apurado por meio de pesquisa de mercado entre empresas especializadas e instituições financeiras, do segmento de fomento e desenvolvimento:

EXPECTATIVA DE CONTRATAÇÃO DO BANDES			
LOTE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD RELATÓRIOS	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES referentes ao 1º Semestre de 2017. (Contratação sujeita à disposição prevista no item 2.1 do ANEXO I).	11	R\$ 70.000,00
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES referentes 2º Semestre e Exercício Social de 2017 e Fundos: Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, para o Exercício Social de 2017.	14 (e eventuais consultas acerca de questões relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária)	R\$ 380.000,00
	Total	25	R\$ 450.000,00

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRATUAIS

8.1. A contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no edital, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 28 do Decreto Estadual nº 1.527-R/2005, aplicando-se subsidiariamente o art. 7º da Lei 10.520/2002 e os artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, conforme o disposto:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa moratória de 10% (dez por cento), aplicada sobre o percentual/valor correspondente ao relatório entregue fora do prazo definido no item 2 do Anexo I, caso não tenha motivo devidamente justificado e aceito pelo BANDES.

8.1.3. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado ou descumprimento das demais cláusulas contratuais;

8.1.4. Na forma do art. 28 do Decreto nº 1.527-R, impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, bem como descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até (05) cinco anos.

8.2. Caso ocorram mais de 05 (cinco) ocorrências de atraso na entrega dos relatórios sem motivo justificado, o instrumento contratual poderá ser rescindido, a critério do BANDES, e aplicadas as demais sanções previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais hipóteses de rescisão previstas na lei 8.666/93.

8.3. A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

8.4. As penalidades descritas nos itens 8.1.1 e 8.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com as penalidades dos itens 8.1.2 e 8.1.3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.5. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

9. REAJUSTAMENTO:

9.1. Não haverá reajuste de preços antes de decorridos 12 (doze) meses de vigência do contrato. Havendo prorrogação, o contrato poderá ser reajustado aplicando-se, nesse caso, como índice de reajuste, o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Elaborado por:

Aprovado por:



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/007 PROCESSO Nº. AD – 39/2017

1. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1.1. **Em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da data e hora da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico, a cópia dos documentos comprobatórios de habilitação e qualificação constantes neste anexo deverão ser encaminhados para o e-mail pregao@bandes.com.br ou o fax (27) 3223-6307,** com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada à Pregoeira, para a sede do BANDES, na av. Princesa Isabel, 54 – Centro – Vitória/ES, CEP: 29010-906, observando o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data e hora da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico.

1.2. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

1.3. **Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.**

1.4. Para habilitarem-se no certame, os interessados deverão estar cadastrados no sistema Licitações-e e, caso vença a disputa, deverá apresentar os seguintes documentos:

1.4.1 Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de designação da diretoria em exercício.

1.4.2. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei, já exigíveis, certificado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente, contendo termo de abertura, encerramento e registro no órgão competente, extraídos do livro diário, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados há mais de 03 (três) meses da data de sua apresentação,

vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

a. Para Sociedades Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei 6.404/76, cópias da publicação de:

- i. balanço patrimonial;
- ii. demonstração do resultado do exercício;
- iii. demonstração dos fluxos de caixa. A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à apresentação da demonstração dos fluxos de caixa;
- iv. demonstração das mutações do Patrimônio Líquido **ou** a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- v. notas explicativas do balanço.

b. Para outras empresas:

- i. balanço patrimonial registrado no órgão competente;
- ii. demonstração do resultado do exercício;
- iii. Cópia do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial.

- b) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- c) Certidão(s) negativa(s) de falência ou concordata, expedida pelo(s) Cartório(s) de Distribuição da sede da licitante, expedida nos últimos 30 (trinta) dias que antecederem a abertura da licitação, acompanhada da Certidão do Tribunal de Justiça indicando quais são os Cartórios Distribuidores da Comarca do domicílio sede da licitante;
- d) A comprovação da boa situação financeira será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado maior que 1 (um), em todos os índices aqui mencionados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- e) Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos ACIMA, quando de suas habilitações, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666/93.

- a. A comprovação de capital social ou patrimônio líquido será equivalente a 10 % (dez por cento) do valor estimado para contratação, considerado o valor estimado para o período de 12 meses, conforme determina a Lei 8666/93, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, através de índices oficiais.
- f) Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.
- g) A comprovação dos índices referidos na alínea “d”, bem como do capital social ou do patrimônio líquido aludido na alínea “e”, deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados na alínea “a” deste item, constituindo obrigação exclusiva do licitante a apresentação dos cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.
- h) No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

1.4.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- b) Certificados de regularidade de situação perante o INSS (certidão negativa de débito – CND) e o FGTS (certificado de regularidade) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- c) Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas Federal (Receita e Procuradoria), Estadual, Municipal ou do Distrito Federal do domicílio/sede da licitante;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

§1º. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§2º. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

I – A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

III - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

IV - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;

V - O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

VI - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação;

1.4.4. Qualificação Técnica:

- a) Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica licitante no CRC – Conselho Regional de Contabilidade;
- b) Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica licitante na CVM – Comissão de Valores Mobiliários;
- c) Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de auditoria independente sobre demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em instituição financeira nacional detentora de ativo total de valor igual ou superior a um bilhão de reais até a data de 31/12/2016, e que tenha obtido a primeira nota de avaliação de rating, atribuída por agências de classificação e avaliação de rating, durante o prazo do contrato de prestação de serviços de auditoria externa independente.

c.1. Para fins deste edital, o conceito de instituição financeira nacional abrange as seguintes instituições: agências de fomento, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos múltiplos, caixa econômica e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

d.1. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por Órgãos da Administração Pública ou Entidade Privada, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador, compatível com o objeto desta licitação.

Para a contratação, o licitante vencedor deverá comprovar os requisitos estabelecidos no item 4 do Termo Referência Anexo I deste Edital.

1.4.5 Declarações:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei 8.666/93, conforme **Anexo IV**;
- b) Declaração de que não possui em seu quadro empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo como aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/93, conforme **Anexo V**;

1.4.6 DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

1.4.6.1 Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

- a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda,
<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/aplicacoesSimples.app/ConsultarOpcao.aspx>;
- b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

1.4.6.2 Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123/2006:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;

- b) Cópia da Escrituração Contábil Fiscal – ECF e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações; e
- e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

Parágrafo Primeiro. Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

Parágrafo Segundo. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro. Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

- 1.4.7 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pela Pregoeira, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.
- 1.4.8 A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar das licitantes, a qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 1.4.9 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida.
- 1.4.10 A aceitação de documentos obtidos via “internet” ficará condicionada à confirmação dos mesmos.

Observação: Os documentos relacionados nos subitens 1.4.1 e 1.4.3, poderão ser substituídos mediante apresentação de Certificado de Registro Cadastral (CRC/ES) emitido por órgão da Administração Pública de qualquer esfera (municipal, estadual ou federal) e que apresentem todas as certidões exigidas e válidas na data do pregão.

ANEXO III

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/007
PROCESSO Nº. AD – 39/2017**

MODELO DE PROPOSTAS DE PREÇO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 2017/007 – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES – PROPOSTA DE PREÇOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO e TELEFONE:

RESPONSÁVEL:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA CORRENTE:

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. Apresentamos nossa Carta-Proposta para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES e Fundos: Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, para o exercício social de 2017, conforme discriminado no **Anexo I** do Edital que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

2. CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1. O PROPONENTE declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação bem como a Minuta de Contrato que o integra.

3. PREÇO DO SERVIÇO

Pela prestação dos serviços, conforme discriminados nas planilhas abaixo, em quantidade de horas-técnicas utilizadas, preço unitário da hora-técnica, e preço total por relatório, cobraremos a importância de R\$..... (.....) (em algarismos e por extenso), pela execução dos serviços do 1º Semestre de 2017 (BANDES); e a importância de R\$..... (.....) (em algarismos e por extenso), pela execução dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017 (BANDES e Fundos); perfazendo a importância total de R\$ R\$..... (.....) (em algarismos e por extenso)

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES					
Proposta de preço dos serviços do 1º Semestre de 2017					
Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
1. Auditoria Semestral das Demonstrações Contábeis.	1.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	30/06/2017			
	1.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			
2. Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04, Circular (BACEN) nº 3.467/09, e outras normas aplicáveis.	2.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			
	2.2 Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			
	2.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			
3. Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99, e outras normas aplicáveis.	3.1 Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			

Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
4. Revisão Tributária Semestral dos tributos próprios e tributos retidos de terceiros: IR, CSLL, ENCARGOS SOCIAIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN, e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato.	4.1 Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos controles internos e procedimentos adotados para apuração, registro, pagamento e recuperação dos impostos e contribuições, e do cumprimento das respectivas obrigações acessórias (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			
5. Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco.	5.1 Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, do correto preenchimento e integridade das informações declaradas nas obrigações tributárias acessórias DIRF, EFD-Contribuições, ECD, DCTF, E-SOCIAL, E-REINF, PER/DCOMP e quaisquer outras exigíveis no âmbito do SPED – Sistema de Escrituração Digital ou em outros sistemas, ou que venham a ser instituídas na vigência do contrato (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			
	5.2 Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, do correto preenchimento e da integridade da Escrituração Contábil Fiscal – ECF, referente ao ano-calendário anterior ao de vigência do contrato (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2016			
Total Proposta de preço dos serviços do 1º Semestre de 2017 (BANDES)					

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES					
Proposta de preço dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017					
Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
1.a. Auditoria Semestral e Anual das Demonstrações Contábeis.	1.a.1. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017			
	1.a.3. Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
2.a. Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.197/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	2.a.1. Relatório sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
	2.a.2. Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
	2.a.3. Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
3.a. Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	3.a.1. Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			

Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
4.a. Revisão Tributária Semestral dos tributos próprios e tributos retidos de terceiros: IR, CSLL, encargos sociais s/ folha de pagamento, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN, IOF e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato.	4.a.1. Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos controles internos e procedimentos adotados para apuração, registro, pagamento e recuperação dos impostos e contribuições, e do cumprimento das respectivas obrigações acessórias (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
5.a. Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco.	5.a.1. Relatório sobre o Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e normas aplicáveis, do correto preenchimento e integridade das informações declaradas nas obrigações tributárias acessórias DIRF, EFD-Contribuições, ECD, ECF, DCTF, E-SOCIAL, REINF, PER/DCOMP, DESIF e quaisquer outras exigíveis no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, ou em outros sistemas Municipal, Estadual ou Federal, ou que venham a ser instituídas na vigência do contrato (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
6. Consultas, em quantidade de até 12 (doze) acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária.	As consultas poderão ser efetuadas por e-mail, telefone ou contato pessoal. As respostas deverão ser disponibilizadas, inicialmente, via e-mail, no prazo de 04 (quatro) dias úteis, e terão após esse prazo, mais 03 (três) dias úteis para serem encaminhadas nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF.				
Subtotal Proposta de preço dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017 (BANDES e Fundos)					

Fundo para o Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL					
Serviços referentes ao Exercício Social de 2017					
Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
7. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	7.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017			
	7.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
Subtotal Proposta de preço dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017 (BANDES e Fundos)					

Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES					
Serviços referentes ao Exercício Social de 2017					
Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
8. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	8.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017			
	8.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
Subtotal Proposta de preço dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017 (BANDES e Fundos)					

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES					
Serviços referentes ao Exercício Social de 2017					
Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora-técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
9. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	9.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017			
	9.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
Subtotal Proposta de preço dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017 (BANDES e Fundos)					
Total Proposta de preço dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017 (BANDES e Fundos)					

A validade das propostas serão de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Declaramos que no preço proposto, estão incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para a perfeita execução do objeto, tais como, deslocamento (viagens), hospedagem, alimentação, transporte, tributos, fretes, encargos sociais, seguros e demais despesas inerentes à execução do objeto. Não serão realizadas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura da licitação, e que venha expressamente a incidir sobre o objeto a ser adquirido/contratado, na forma da Lei.

LOCAL E DATA

CARIMBO E ASSINATURA DO PROPONENTE

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/007 PROCESSO Nº. AD – 39/2017

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ – MF Nº _____,
sediada

(Endereço Completo)

declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa licitante e carimbada com o número do CNPJ.



ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2017/007 PROCESSO Nº. AD – 39/2017

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ – MF Nº. _____,
sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, (salvo / nem) na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa licitante e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/007
PROCESSO AD – 39/2017
MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DE
DESENVOLVIMENTO ESPÍRITO SANTO
S/A – BANDES E, NA FORMA
ABAIXO:**

Partes:

- I) **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES**, instituição financeira constituída sob a forma jurídica de sociedade anônima de economia mista, com sede na Av. Princesa Isabel, 54, Vitória-ES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.145.829/0001-00, doravante nomeado **BANDES**;
- II), pessoa jurídica de direito privado, situada na, CEP:, inscrita no CNPJ sob nº, doravante nomeado **CONTRATADO**.

Por seus representantes legais infrafirmados ajustam e convencionam o presente Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO – Objetiva o presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES e FUNDOS: Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, observadas as especificações técnicas constantes do Anexo Único deste contrato, no Edital de Pregão Eletrônico nº 2017/007, e na proposta da **CONTRATADA**, que integra o presente instrumento para todos os efeitos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO - O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma prevista na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO - Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob forma de empreitada por preço global, nos termos do art. 10, II, “a” da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR – O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelos serviços prestados o valor total de R\$ (.....).

Parágrafo Único: Estão inclusos nesse valor todos os custos relativos a transporte, impostos, taxas, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e demais despesas que se fizerem necessárias à perfeita e total execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE - Não haverá, sob hipótese alguma, reajuste de preços antes de decorridos no mínimo 12 (doze) meses. Após esse prazo, o contrato poderá ser reajustado aplicando-se, nesse caso, como índice de reajuste o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, verificada sempre a periodicidade mínima anual.

CLÁUSULA SEXTA: DA FORMA DE PAGAMENTO – O pagamento será realizado somente após a entrega da versão definitiva de cada relatório, acompanhada da apresentação da Nota Fiscal, conforme preços de relatórios definidos no quadro do Anexo II deste contrato.

Parágrafo Primeiro: A conferência da Nota Fiscal será efetuada pelo setor responsável pelo acompanhamento do contrato.

Parágrafo Segundo: O documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções, será devolvido ao contratado para correções.

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.

Parágrafo Quarto: Fica assegurado ao BANDES o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA, independente da aplicação de multas, importância correspondente a:

- a) Débitos a que tiver dado causa;
- b) Despesas relativas à correção de eventuais falhas;
- c) Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos;
- d) Utilização de materiais ou equipamentos do BANDES cujo fornecimento seja obrigação da CONTRATADA.

Parágrafo Quinto: Se devido, serão procedidos nos pagamentos a serem efetuados as retenções de impostos nas hipóteses previstas na lei. Caso a Contratada seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com cada NF/Fatura, a cópia do Termo de Opção.

Parágrafo Sexto: Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS INFORMAÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES - A **CONTRATADA** compromete-se a prestar ao **CONTRATANTE** durante o prazo de 03 (três) meses, após o término do presente contrato, esclarecimentos e informações adicionais que se configurem indispensáveis à perfeita execução dos trabalhos ora contratados.

CLÁUSULA OITAVA: DA REFORMULAÇÃO DOS SERVIÇOS - O **CONTRATADO** se obriga a elaborar e/ou executar serviços complementares no caso de o **CONTRATANTE** julgar que os trabalhos apresentados não atendam as suas necessidades de qualidade, precisão e objetivos.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese do não atendimento das condições e/ou exigências feitas pelo **CONTRATANTE**, os trabalhos/serviços serão rejeitados e refeitos sem quaisquer ônus.

Parágrafo Segundo: Havendo a necessidade de reformulação dos trabalhos/serviços, fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de suspender o pagamento das parcelas subsequentes.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além das demais condições inseridas neste instrumento, constituem obrigações da **CONTRATADA**, as seguintes:

- I. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do **CONTRATANTE** quanto ao objeto deste contrato;
- II. Responder ao BANDES, através de fax, e-mail, telefone ou contato pessoal, na vigência do contrato, consultas acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, devendo formalizar expressamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, a resposta prestada em meio eletrônico; Manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93;
- III. Não subcontratar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados.
- IV. Cumprir durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- V. Manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.
- VI. Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos comprovados, causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do contrato;
- VII. Assumir a defesa contra todas as reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos havidos e originados diretamente da execução do objeto do contrato e que possam ser arguidos contra o **CONTRATANTE** por terceiros, excluídas as ações decorrentes de danos indiretos e de lucros cessantes aos quais a **CONTRATADA**, comprovadamente, não tenha dado causa;
- VIII. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos fiscais e comerciais e pelos custos relativos à mão de obra, diárias e transporte de seu pessoal, utilizado na execução dos serviços;

- IX. Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo o **CONTRATANTE** solicitar a substituição imediata de qualquer empregado cuja permanência na área de trabalho seja por ele considerada inconveniente, justificado o motivo da necessidade de substituição;
- X. Utilizar na prestação dos serviços, profissionais de seu quadro de pessoal, que possuam experiência nos serviços que lhes couber executar, correndo por sua conta exclusiva, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, social, fiscal, bem como impostos, taxas, seguros, multas, contribuições e outros encargos que venham a incidir sobre os serviços a serem contratados ou que direta ou indiretamente com eles se relacionem, inclusive encargos decorrentes de eventuais acidentes de trabalho;
- XI. Responsabilizar-se pelo pagamento que lhe couber no recolhimento dos impostos devidos na época da assinatura do contrato, bem como dos demais tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços abrangidos pelo contrato, durante a sua execução.
- XII. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, bem como por quaisquer infrações de natureza fiscal, decorrentes da execução do contrato;
- XIII. Responsabilizar-se pela restituição das importâncias cobradas e recebidas a maior, relativas aos tributos mencionados acima;
- XIV. Garantir e manter total e absoluto sigilo sobre as informações manuseadas, as quais devem ser utilizadas apenas para a condução das atividades autorizadas, não podendo ter quaisquer outros usos, sob pena de rescisão contratual e medidas cíveis e penais cabíveis; Assumir inteira responsabilidade pelo uso indevido ou ilegal de informações privilegiadas do **CONTRATANTE**, através do manuseio de sistemas e manipulação de dados praticados por seus empregados; Realizar os trabalhos observando as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, e no que não for conflitante com estas, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON ou outras instituições governamentais que venham a ser legalmente habilitadas;
- XV. Incluir no preço final proposto todas as despesas com salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, seguros, tributos diretos e indiretos, custos relativos a transporte, impostos, taxas, seguros, custos com diárias, hospedagens, traslados, passagens, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e demais despesas que se fizerem necessárias à perfeita e total execução dos serviços.
- XVI. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades normais do **CONTRATANTE**, de modo a não causar transtornos no andamento normal de seus serviços e horários de trabalhos estabelecidos pelas normas legais ou internas;
- XVII. Submeter ao **CONTRATANTE** os "*curriculum vitae*" dos substitutos para a prestação do serviço, em caso de substituição de integrantes da equipe após a celebração do Contrato. A substituição de profissional somente poderá ocorrer por outro de qualificação (experiência/escolaridade) igual ou superior a do substituído, mediante autorização do **CONTRATANTE**.
- XVIII. Participar de reuniões das Assembleias Gerais de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria do BANDES sempre que for

convocado, observando-se, ainda, as obrigações de comparecimento às reuniões em cumprimento às disposições estabelecidas na legislação.

Parágrafo Único - O **CONTRATADO** reconhece o direito de o **CONTRATANTE**, mediante solicitação formal, autorizar o acesso do Banco Central do Brasil, a qualquer tempo, aos papéis de trabalho do **CONTRATADO**, bem como a quaisquer outros documentos que tenham servido de base ou evidência para emissão dos relatórios de auditoria elaborados, nos termos da Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional e seu regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE – Obriga-se o CONTRATANTE, no âmbito de sua competência, e nos limites deste contrato, a:

- I. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- II. Alocar os recursos necessários à contratação dos serviços, conferir a fatura e efetuar os pagamentos correspondentes;
- III. Acompanhar a execução do serviço contratado, disponibilizando um representante do seu quadro de pessoal para fiscalizá-lo;
 - a. A fiscalização terá por objetivo verificar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, visando assegurar que os serviços sejam executados atendendo ao estipulado pelo contrato, podendo, inclusive, recusar ou sustar qualquer serviço executado em desacordo com as cláusulas contratuais ou que atente contra a segurança do pessoal ou bens do BANDES ou de terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES APLICÁVEIS – Pela inexecução total ou parcial deste contrato, erro ou demora na sua execução, ou ainda, pelo descumprimento de qualquer obrigação nele assumida, a **CONTRATADA** será notificada pelo **CONTRATANTE**, sendo-lhe garantida prévia defesa. Caso as razões por ela apresentadas sejam consideradas improcedentes, o **CONTRATANTE** poderá aplicar-lhe as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa moratória de 10% (dez por cento), aplicada sobre o percentual/valor correspondente ao relatório entregue fora do prazo definido no item 2 do Anexo I caso não tenha motivo devidamente justificado e aceito pelo BANDES.
- III. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado ou descumprimento das demais cláusulas contratuais;
- IV. Na forma do art. 28 do Decreto nº 1.527-R, impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, bem como descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até (05) cinco anos.

Parágrafo Primeiro: Caso ocorram mais de 05 (cinco) ocorrências de atraso na entrega dos relatórios sem motivo justificado, o instrumento contratual poderá ser rescindido, a critério do BANDES, e aplicadas as demais sanções previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais hipóteses de rescisão previstas na Lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro: Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da entrega dos relatórios, advir de caso fortuito ou motivo de força maior, ambos aceitos pelo BANDES.

Parágrafo Quarto: As sanções estabelecidas nos itens I e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do item II e III, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Quinto: Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BANDES - A CONTRATADA e o **BANDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios do interesse público, da integridade, da imparcialidade, da transparência, da honestidade, da responsabilidade, do respeito, da competência e eficiência.

Parágrafo Primeiro: Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, a **CONTRATADA** obriga-se, inclusive, a:

- I. Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II. Impedir o favorecimento ou a participação de empregados e dirigentes do BANDES, ou seus parentes até o terceiro grau, na execução do objeto do presente Contrato, em situação de conflito de interesse;
- III. Observar o Código de Ética do BANDES vigente ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;
- IV. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

Parágrafo Segundo: Verificada uma das situações mencionadas no inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete a **CONTRATADA** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BANDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** declara ter conhecimento do Código de Ética do **BANDES**, que poderá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bandes.com.br ou requisitado ao Gestor do Contrato.



Parágrafo Quarta: Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BANDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na internet (www.bandes.com.br) e telefone (0800.283.4202).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO – O presente ajuste poderá ser rescindido de pleno direito, na ocorrência de inexecução total ou parcial do contrato, nas hipóteses prevista no art. 78 da Lei nº 8.666/93, nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

Parágrafo Segundo: No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES – A **CONTRATADA** se responsabiliza pela orientação de seus empregados quanto ao cumprimento das Políticas de Segurança da Informação do **CONTRATANTE**, sendo corresponsável pela utilização de informações dadas pelo **CONTRATANTE** por parte de seus empregados disponibilizados para atuação na prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS – O presente contrato origina-se do Pregão Eletrônico nº. 2017/007 – Processo AD-39/2017, a ele se integrando os termos do edital e da proposta da **CONTRATADA**, bem como as disposições da Lei 8.666/93, no que couber, ficando ajustado que:

- I. As relações entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais, determinados pela urgência das medidas que deverão, todavia, ser confirmados por escrito dentro de 05 (cinco) dias úteis;
- II. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades do contrato, nem implicará em aprovação definitiva do fornecimento realizado, salvo disposição em contrário, estabelecida no contrato;
- III. Não valerá como precedente ou novação ou, ainda, como renúncia aos direitos que a legislação e o contrato asseguram ao **CONTRATANTE**, a tolerância de sua parte quanto a eventuais infrações da **CONTRATADA** às condições estabelecidas no contrato e seus anexos.
- IV. Fica expresso e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência do contrato ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da parte inadimplente, não atingirá aqueles direitos ou faculdades que poderão ser exercidos na forma estabelecida no contrato, até a data em que estiverem cumpridas todas as obrigações mútuas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO SIGILO – A **CONTRATADA** se obriga a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em razão das atividades executadas no âmbito deste contrato, especialmente quanto ao sigilo bancário regulado na Lei Complementar nº 105, de

01.01.2001, obrigando-se a indenizar o **CONTRATANTE** e a seus clientes por eventuais prejuízos que venham a sofrer por culpa da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO - A presente contratação é resultado do Pregão Eletrônico nº. 2017/007 – Processo AD-39/2017, autorizado pela Diretoria do **CONTRATANTE** em reunião realizada no dia

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS RECURSOS FINANCEIROS - As despesas decorrentes da contratação dos serviços, objeto deste contrato, correrão à conta de recursos próprios do **BANDES, FUNDAPSOCIAL, FUNDES e FUNDEPAR/ES**, de acordo com os percentuais definidos para cada parte, discriminados no item 2 do Anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA DECIMA NONA: DO FORO – Fica eleito o foro de Vitória-ES, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 03 (três) três vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas infrafirmadas.

Vitória-ES,

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES

.....

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:



ANEXO I

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, e Fundos: Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, para o exercício social de 2017, nos termos das especificações técnicas descritas abaixo, dentro das normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Com relação aos Fundos também deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos nas legislações de regência e respectivos órgãos reguladores.

2. ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

2.1 RELACIONADOS AO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES, REFERENTES AO 1º SEMESTRE DE 2017:

Os serviços referentes ao 1º semestre de 2017 serão realizados somente se o contrato for firmado até 15/07/2017. Esta condição impõe-se em razão do curto espaço de tempo para se processar o pregão eletrônico e a contratada prestar o serviço em tempo hábil para entregar os relatórios nas datas estipuladas neste termo de referência.

2.1.1. AUDITORIA SEMESTRAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES:

2.1.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do 1º semestre (data-base 30/06/2017), com emissão de relatório completo e encadernado;

2.1.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do 1º semestre (data-base 30/06/2017), com emissão de relatório completo e encadernado.

2.1.2. EMISSÃO DE RELATÓRIOS SEMESTRAIS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS EMANADAS DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 3.198/04, CIRCULAR (BACEN) Nº 3.467/09, E OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS:

2.1.2.1. Do Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares;

2.1.2.2. Do Sistema de Processamento Eletrônico de Dados;

2.1.2.3. Do Sistema de Gerenciamento de Riscos.

2.1.3. REVISÃO SEMESTRAL DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PELA INSTITUIÇÃO QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE RISCO E DE AVALIAÇÃO DO PROVISIONAMENTO REGISTRADO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 2.682/99 E OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS.

2.1.4. REVISÃO DAS BASES DE CÁLCULO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES, MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS:

2.1.4.1. Revisão do cálculo dos tributos próprios e retidos de terceiros, como IR, CSLL, encargos sociais s/ folha de pagamento, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN, IOF e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato;

2.1.4.2. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos controles internos e procedimentos adotados para apuração, registro, pagamento e recuperação dos impostos e contribuições.

2.1.5. EMISSÃO DE RELATÓRIO FISCAL DE REVISÃO DE CONSISTÊNCIA DE INFORMAÇÕES TRANSMITIDAS AO FISCO:

2.1.5.1. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e normas aplicáveis, do correto preenchimento e integridade das informações declaradas nas obrigações tributárias acessórias DIRF, EFD-Contribuições, ECD, ECF, DCTF, E-SOCIAL, REINF, PER/DCOMP, DESIF e quaisquer outras exigíveis no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, ou em outros sistemas Municipal, Estadual ou Federal, ou que venham a ser instituídas na vigência do contrato;

2.1.5.2. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e normas aplicáveis, do correto preenchimento e integridade da Escrituração Contábil Fiscal – ECF antes do seu efetivo envio à RFB.

2.2. RELACIONADOS AO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES, REFERENTES AO 2º SEMESTRE E EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017:

2.2.1. AUDITORIA SEMESTRAL E ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES:

2.2.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do 2º semestre e exercício social (data-base 31/12/2017), com emissão de relatório completo e encadernado;

2.2.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término 2º semestre e exercício social (data-base 31/12/2017), com emissão de relatório completo e encadernado.

2.2.2. EMISSÃO DE RELATÓRIOS SEMESTRAIS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS EMANADAS DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 3.198/04, CIRCULAR (BACEN) Nº 3.467/09, E OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS:



- 2.2.2.1. Do Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares;
- 2.2.2.2. Do Sistema de Processamento Eletrônico de Dados; e
- 2.2.2.3. Do Sistema de Gerenciamento de Riscos.

2.2.3. REVISÃO SEMESTRAL DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PELA INSTITUIÇÃO QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE RISCO E DE AVALIAÇÃO DO PROVISIONAMENTO REGISTRADO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 2.682/99 E OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS.

2.2.4. REVISÃO DAS BASES DE CÁLCULO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES, MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS:

- 2.2.4.1. Revisão do cálculo dos tributos próprios e retidos de terceiros, como IR, CSLL, encargos sociais s/ folha de pagamento, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN, IOF e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato;
- 2.2.4.2. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos controles internos e procedimentos adotados para apuração, registro, pagamento e recuperação dos impostos e contribuições.

2.2.5. EMISSÃO DE RELATÓRIO FISCAL DE REVISÃO DE CONSISTÊNCIA DE INFORMAÇÕES TRANSMITIDAS AO FISCO:

- 2.2.5.1. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e normas aplicáveis, do correto preenchimento e integridade das informações declaradas nas obrigações tributárias acessórias DIRF, EFD-Contribuições, ECD, ECF, DCTF, E-SOCIAL, REINF, PER/DCOMP, DESIF e quaisquer outras exigíveis no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, ou em outros sistemas Municipal, Estadual ou Federal, ou que venham a ser instituídas na vigência do contrato;
- 2.2.5.2. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e normas aplicáveis, do correto preenchimento e integridade da Escrituração Contábil Fiscal – ECF antes do seu efetivo envio à RFB;
- 2.2.5.3. Os relatórios deverão conter comentários sobre as constatações decorrentes da revisão que tenham consequências financeiras para o contratante, bem como recomendações para a adoção de medidas corretivas cabíveis.

2.2.6. CONSULTAS, EM QUANTIDADE DE ATÉ 12 (DOZE), ACERCA DE QUESTÕES CONCRETAS OU HIPÓTÉTICAS RELACIONADAS E LEGISLAÇÃO CONTÁBIL, FISCAL/TRIBUTÁRIA E SOCIETÁRIA. Não há compromisso de formulação mínima de consultas.

2.3. SERVIÇOS RELACIONADOS AOS FUNDOS, REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017:

2.3.1. FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS - FUNDAPSOCIAL



2.3.1.1. AUDITORIA ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS - FUNDAPSOCIAL:

- 2.3.1.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do exercício social (data-base 31/12/2017), com emissão de relatório completo e encadernado;
- 2.3.1.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado.

2.3.2. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES

2.3.2.1. AUDITORIA ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES:

- 2.3.2.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do exercício social (data-base 31/12/2017), com emissão de relatório completo e encadernado;
- 2.3.2.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado.

2.3.3. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES

2.3.3.1. AUDITORIA ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES:

- 2.3.3.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do exercício social (data-base 31/12/2017), com emissão de relatório completo e encadernado;
- 2.3.3.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado.

3. RESULTADO DOS TRABALHOS

- 3.1. Os relatórios deverão ser disponibilizados em arquivo digital extensões PDF e Word (quando indicado) e em meio papel na quantidade de 03 (três) cadernos para cada relatório. A versão impressa deverá ser apresentada em papel timbrado, tamanho A4, cor branca, contracapa com descrição da entidade, título do relatório e data-base conforme descritos no quadro abaixo, com encadernação simples. Os prazos, formato da entrega, data-base e estimativa de datas para disponibilização das informações estão definidos no quadro abaixo:

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES				
Serviços referentes ao 1º Semestre de 2017				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria	Prazo Máximo de Entrega do Relatório
1. Auditoria Semestral das Demonstrações Contábeis.	1.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	30/06/2017	De 21/07 a 31/07/2017	14/08/2017 (aplica-se à entrega do RAI)
	1.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	De 21/07 a 31/07/2017	29/08/2017
2. Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04, Circular (BACEN) nº 3.467/09, e outras normais aplicáveis.	2.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	De 21/07 a 31/07/2017	29/09/2017
	2.2 Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	De 21/07 a 31/07/2017	29/09/2017
	2.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	De 21/07 a 31/07/2017	29/09/2017

3. Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99, e outras normas aplicáveis	3.1 Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	De 21/07 a 31/07/2017	29/09/2017
4. Revisão Tributária Semestral dos tributos próprios e tributos retidos de terceiros: IR, CSLL, ENCARGOS SOCIAIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN, e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato.	4.1 Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos controles internos e procedimentos adotados para apuração, registro, pagamento e recuperação dos impostos e contribuições, e do cumprimento das respectivas obrigações acessórias (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	Até 21/07/2017	10/08/2017
5. Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco.	5.1 Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, do correto preenchimento e integridade das informações declaradas nas obrigações tributárias acessórias DIRF, EFD-Contribuições, ECD, DCTF, E-SOCIAL, E-REINF, PER/DCOMP e quaisquer outras exigíveis no âmbito do SPED – Sistema de Escrituração Digital ou em outros sistemas, ou que venham a ser instituídas na vigência do contrato (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017	Até 21/07/2017	10/08/2017
	5.2 Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, do correto preenchimento e da integridade da Escrituração Contábil Fiscal – ECF, referente ao ano-calendário anterior ao de vigência do contrato (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2016	Até 30/06/2017	15 dias após disponibilização das informações

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES				
Serviços referentes ao 2º Semestre e Exercício Social de 2017				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria	Prazo de Entrega do Relatório
1.a. Auditoria Semestral e Anual das Demonstrações Contábeis.	1.a.1. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017	De 19/01 a 31/01/2018	19/02/2018 (aplica-se à entrega do RAI)
	1.a.3. Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	02/03/2018
2.a. Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.197/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	2.a.1. Relatório sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	02/03/2018
	2.a.2. Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	02/03/2018
	2.a.3. Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	02/03/2018
3.a. Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	3.a.1. Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	31/03/2018

4.a. Revisão Tributária Semestral dos tributos próprios e tributos retidos de terceiros: IR, CSLL, encargos sociais s/ folha de pagamento, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN, IOF e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato.	4.a.1. Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos controles internos e procedimentos adotados para apuração, registro, pagamento e recuperação dos impostos e contribuições, e do cumprimento das respectivas obrigações acessórias (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	Até 22/01/2018	09/02/2018
5.a. Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco.	5.a.1. Relatório sobre o Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e normas aplicáveis, do correto preenchimento e integridade das informações declaradas nas obrigações tributárias acessórias DIRF, EFD-Contribuições, ECD, ECF, DCTF, E-SOCIAL, REINF, PER/DCOMP, DESIF e quaisquer outras exigíveis no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, ou em outros sistemas Municipal, Estadual ou Federal, ou que venham a ser instituídas na vigência do contrato (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	Até 22/01/2018	09/02/2018
6. Consultas, em quantidade de até 12 (doze) acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária.	As consultas poderão ser efetuadas por e-mail, telefone ou contato pessoal. As respostas deverão ser disponibilizadas, inicialmente, via e-mail, no prazo de 04 (quatro) dias úteis, e terão após esse prazo, mais 03 (três) dias úteis para serem encaminhadas nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF.			

Fundo para o Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL				
Serviços referentes ao Exercício Social de 2017				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria	Prazo de Entrega do Relatório
7. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	7.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	19/02/2018 (aplica-se à entrega do RAI)
	7.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	19/02/2018

Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES				
Serviços referentes ao Exercício Social de 2017				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria	Prazo de Entrega do Relatório
8. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	8.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	19/02/2018 (aplica-se à entrega do RAI)
	8.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	19/02/2018

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES				
Serviços referentes ao Exercício Social de 2017				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria	Prazo de Entrega do Relatório
9. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	9.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	19/02/2018 (aplica-se à entrega do RAI)
	9.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	De 22/01 a 31/01/2018	19/02/2018
Relatório		Prazo de Entrega do Relatório		
10. Planejamento da Auditoria, contendo: cronograma de visitas; detalhamento individualizado dos profissionais e das horas despendidas na prestação dos serviços, por relatório e Entidades (BANDES e Fundos); e procedimentos adotados em termos de natureza e extensão (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).		1ª quinzena do mês de assinatura do contrato para os serviços referentes aos 1º Semestre de 2017; e 1ª quinzena do mês setembro/2017 para os serviços referentes ao 2º semestre e Exercício Social de 2017.		

O prazo máximo de entrega dos relatórios aplica-se à versão preliminar em arquivo digital. A versão definitiva deverá ser entregue em até 05 dias úteis após manifestação do Contratante.

As informações contábeis e documentos objeto de trabalho da Auditoria Externa serão disponibilizados em volume significativo nas datas iniciais e intermediárias definidas no campo **Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria**. Na data final do referido campo, serão entregues, somente, informações e documentos remanescentes e/ou complementares.

As datas dos campos **Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria** e **Prazo de Entrega** poderão ser prorrogadas a critério do Contratante.

ANEXO II

4. PREÇO DO SERVIÇO

Pela prestação dos serviços, conforme discriminados nas planilhas abaixo, em quantidade de horas-técnicas utilizadas, preço unitário da hora-técnica, e preço total por relatório, cobraremos a importância de R\$..... (.....) (em algarismos e por extenso), pela execução dos serviços do 1º Semestre de 2017 (BANDES); e a importância de R\$..... (.....) (em algarismos e por extenso), pela execução dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017 (BANDES e Fundos); perfazendo a importância total de R\$ R\$..... (.....) (em algarismos e por extenso).

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES					
Proposta de preço dos serviços do 1º Semestre de 2017					
Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
1. Auditoria Semestral das Demonstrações Contábeis.	1.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	30/06/2017			
	1.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			
2. Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04, Circular (BACEN) nº 3.467/09, e outras normas aplicáveis.	2.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			
	2.2 Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			
	2.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			
3. Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99, e outras normas aplicáveis.	3.1 Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			

Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
4. Revisão Tributária Semestral dos tributos próprios e tributos retidos de terceiros: IR, CSLL, ENCARGOS SOCIAIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN, e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato.	4.1 Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos controles internos e procedimentos adotados para apuração, registro, pagamento e recuperação dos impostos e contribuições, e do cumprimento das respectivas obrigações acessórias (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			
5. Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco.	5.1 Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, do correto preenchimento e integridade das informações declaradas nas obrigações tributárias acessórias DIRF, EFD-Contribuições, ECD, DCTF, E-SOCIAL, E-REINF, PER/DCOMP e quaisquer outras exigíveis no âmbito do SPED – Sistema de Escrituração Digital ou em outros sistemas, ou que venham a ser instituídas na vigência do contrato (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2017			
	5.2 Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, do correto preenchimento e da integridade da Escrituração Contábil Fiscal – ECF, referente ao ano-calendário anterior ao de vigência do contrato (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2016			
Total Proposta de preço dos serviços do 1º Semestre de 2017 (BANDES)					

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES					
Proposta de preço dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017					
Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora-técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
1.a. Auditoria Semestral e Anual das Demonstrações Contábeis.	1.a.1. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017			
	1.a.3. Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
2.a. Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.197/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	2.a.1. Relatório sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
	2.a.2. Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
	2.a.3. Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
3.a. Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	3.a.1. Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			

Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
4.a. Revisão Tributária Semestral dos tributos próprios e tributos retidos de terceiros: IR, CSLL, encargos sociais s/ folha de pagamento, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN, IOF e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato.	4.a.1. Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos controles internos e procedimentos adotados para apuração, registro, pagamento e recuperação dos impostos e contribuições, e do cumprimento das respectivas obrigações acessórias (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
5.a. Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco.	5.a.1. Relatório sobre o Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e normas aplicáveis, do correto preenchimento e integridade das informações declaradas nas obrigações tributárias acessórias DIRF, EFD-Contribuições, ECD, ECF, DCTF, E-SOCIAL, REINF, PER/DCOMP, DESIF e quaisquer outras exigíveis no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, ou em outros sistemas Municipal, Estadual ou Federal, ou que venham a ser instituídas na vigência do contrato (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
6. Consultas, em quantidade de até 12 (doze) acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária.	As consultas poderão ser efetuadas por e-mail, telefone ou contato pessoal. As respostas deverão ser disponibilizadas, inicialmente, via e-mail, no prazo de 04 (quatro) dias úteis, e terão após esse prazo, mais 03 (três) dias úteis para serem encaminhadas nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF.				
Subtotal Proposta de preço dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017 (BANDES e Fundos)					

Fundo para o Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL					
Serviços referentes ao Exercício Social de 2017					
Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora-técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
7. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	7.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017			
	7.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
Subtotal Proposta de preço dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017 (BANDES e Fundos)					

Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES					
Serviços referentes ao Exercício Social de 2017					
Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora-técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
8. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	8.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017			
	8.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
Subtotal Proposta de preço dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017 (BANDES e Fundos)					

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES					
Serviços referentes ao Exercício Social de 2017					
Serviço	Relatório	Data-Base	Quantidade de Horas-técnicas utilizadas (a)	Preço unitário hora técnica R\$ (b)	Preço total por relatório R\$ c (a x b)
9. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	9.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Obs.: Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente – RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2017			
	9.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017			
Subtotal Proposta de preço dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017 (BANDES e Fundos)					
Total Proposta de preço dos serviços do 2º Semestre e Exercício Social de 2017 (BANDES e Fundos)					